



Expresso

25-03-2016

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

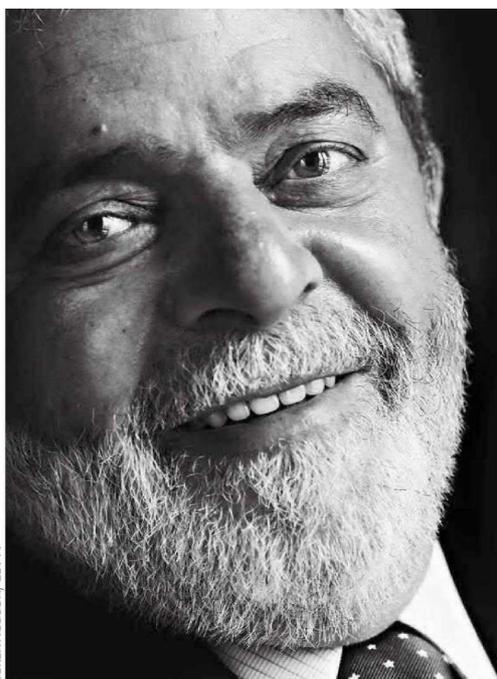
Tiragem: 131300

Temática: Justiça

Dimensão: 4062

Imagem: S/Cor

Página (s): 3/26/27/40



DEREK HUDSON/GETTY

'LAVA-JATO' APANHA PT E BANIF

Justiça investiga compra da Oi pela PT P26

Investigações no Brasil atingem Banif P40

“Lula nem é ministro nem pode ser preso”,
afirma juiz do Supremo brasileiro P27

A OPINIÃO DE MIGUEL SOUSA TAVARES P11 e CLARA FERREIRA ALVES E31

Justiça investiga compra da Oi pela PT

Negócio milionário envolveu governos de Sócrates e de Lula. 'Lava-Jato' investiga. MP português também

A Justiça está a investigar o negócio de compra da Oi pela Portugal Telecom, realizado em 2010, que foi fechado depois da intervenção de José Sócrates e de Lula da Silva, então chefes de Governo dos dois países. Em causa estão suspeitas de pagamentos ilícitos de dezenas de milhões de euros, numa operação que envolveu não só políticos mas também administradores e empresas poderosas, como o BES em Portugal e a Andrade Gutierrez no Brasil.

A investigação partiu do Brasil, no âmbito da 'Operação Lava-Jato', que fez chegar cartas rogatórias em 2015 a Lisboa. Segundo notícia de então do "Público", os benefícios financeiros suspeitos poderiam ascender a um total de 200 milhões de euros. O Expresso soube agora que já houve testemunhas da 'Operação Marquês', que tem como principal alvo de investigação José Sócrates, que foram questionadas pelo procurador Rosário Teixeira quanto aos negócios dessa época: a venda pela PT da Vivo à Telefónica de Espanha por 7,5 mil milhões de euros e a compra da Oi por quase metade desse valor.

Confrontada, a Procuradoria-Geral da República não dá pormenores, mas confirma a investigação: "Confirma-se apenas que existem investigações relacionadas com a PT e que essas investigações estão em segredo de Justiça, não sendo possível especificar o objeto do processo", respondeu ao Expresso, por escrito, esta semana a PGR.

O negócio então realizado pela Portugal Telecom foi um dos maiores de sempre em Portugal e envolveu personalidades poderosas de ambos os países: Ricardo Salgado (entretanto arguido nos casos BES e 'Monte Branco') e Nuno Vasconcelos e Rafael Mora (da Ongoing, que ruiu) do lado dos acionistas da PT; os administradores Zeinal Bava e Henrique Granadeiro (ambos processados pela Pharo, descendente da PT); José Maria Ricciardi (que em entrevista nesta edição se demarca de qualquer suspeita admite que o 'Lava-Jato' tenha consequências em Portugal) pelo assessor financeiro BES; além do próprio José Sócrates (investigado na 'Operação Marquês').

Do lado brasileiro, e além de Lula (investigado no caso 'Lava-Jato'), a operação foi

comandada por Otávio Azevedo (presidente-executivo da Andrade Gutierrez, e que foi preso no 'Lava-Jato' por corrupção e estará a negociar um acordo de delação premiada para denunciar pagamentos de "luvas" a políticos) e Pedro Jereissati (grupo La Fonte, que chegou a estar contra a compra da Oi pela PT), bem como o BNDES (banco de investimento do Estado brasileiro), do lado dos acionistas; também André Esteves, presidente do BTG Pactual, esteve envolvido no processo (tendo sido preso no decorrer do caso 'Lava-Jato'), assim como José Dirceu, o antigo braço-direito de Lula, que além do 'Lava-Jato' já fora investigado no caso 'Mensalão', que então foi relacionado com o BES.

"Tudo tem um preço"

O negócio da PT foi resolvido com intervenção estatal e depois de um processo hostil com a espanhola Telefónica, que era acionista da PT e quis comprar-lhe a sua metade da brasileira Vivo, começando por oferecer 5,7 mil milhões de euros. A oferta foi rejeitada e a acrimónia entre portugueses e espanhóis subiu de tom. Em maio de 2010, Ricardo Salgado continuava a rejeitar a venda da Vivo, mas colocava a questão no fator preço: "Como tudo na vida, a Vivo tem um preço. Ele tem de ser realista", disse o então presidente do BES. Dias depois, Faria de Oliveira, presidente da CGD (acionista da PT), repetia: "Tudo tem um preço".

A 1 de junho, a oferta da Telefónica subia para 6,5 mil milhões. Acionistas como a Ongoing continuaram a rejeitar a oferta, mas sempre cismando no preço: classificando a Ongoing como "facilitadores de negócios", Nuno Vasconcelos dizia que a oferta da Vivo seria negada porque "não é muito dinheiro".

A administração da PT remeteu então a decisão para a assembleia geral, na véspera da qual, a 29 de junho, a Telefónica subia o preço para 7,15 mil milhões. Foi aí que José Sócrates entrou em cena: a 30 de junho, num movimento inédito, usou a *golden share* para travar o negócio: "Fizemo-lo porque a Telefónica falhou em ter em consideração a posição do Governo", disse o então primeiro-ministro. A decisão foi



Lula da Silva está a ser investigado no Brasil. Sócrates já esteve preso e aguarda acusação

mal recebida pela administração da PT, pelo BES (que votou a favor da venda) e, sobretudo, pela Comissão Europeia, que a 8 de julho declarou o veto do Estado ilegal.

Sócrates assumiu as rédeas do processo e, enquanto Salgado dizia que "tem de ser o Governo a encontrar a solução",

falou com o primeiro-ministro espanhol Zapatero e com o Presidente brasileiro Lula da Silva. A 20 de julho, a PT desenhou um acordo para entrar na Oi, o que segundo a imprensa brasileira da época foi articulado pelo Governo de Lula.

A 27 de julho o acordo estava garantido: a PT vendia a Vivo

por 7,5 mil milhões, comprava a Oi por 3,8 mil milhões, a *golden share* era levantada e Sócrates considerava o negócio "excelente": "Se não tivesse usado a *golden share* a PT teria vendido a Vivo sem alternativas no Brasil e por 7,15 mil milhões", afirmaria o primeiro-ministro, "a venda por 7,5 mil milhões e o

investimento, que é o mais importante, na maior operadora brasileira fez com que o uso da *golden share* valesse a pena".

Já Ricardo Salgado estaria com Lula da Silva no início da agosto: "Tive oportunidade de estar com o Presidente Lula", afirmou então ao "Negócios", "e agradeço-lhe a sua intervenção na parceria [da Portugal Telecom] com a Oi/Telemar", que viabilizou simultaneamente a venda da Vivo à Telefónica. "Ele está muito contente com a parceria", rematou Ricardo Salgado.

A compra da participação da Oi foi celebrada, mas os analistas de Bolsa cedo avisaram para os riscos da operação. A Oi era uma empresa muito grande mas muito endividada, a necessitar de capital para reduzir passivo e investir em tecnologia. Os seus acionistas estavam também pressionados, tendo parte do dinheiro recebido da PT servido para que eles pagassem dívidas ao BNDES. *E-mails* revelados pelo Expresso em 2014 mostrariam ainda outra coisa: Ricardo Salgado escreveu então a Sérgio Andrade, da Andrade Gutierrez, assumindo um acordo em que a compra da Oi teria servido para a Andrade Gutierrez pagar as suas dívidas e, em troca, a PT financiaria o GES num valor semelhante. O GES entretanto colapsou, a PT perdeu os 900 milhões de euros que detinha em papel comercial, foi vendida à Altice e a Oi está num mar de dificuldades financeiras. Também na venda da PT Portugal pela Oi à Altice houve comissões. Como o Expresso revelou, Hernâni Vaz Antunes, amigo de Armando Pereira, líder da Altice em Portugal, chegou a interpor uma providência cautelar contra a Oi: alegadamente, a empresa brasileira ficara de pagar uma comissão de quase 70 milhões de euros pela intermediação da venda da PT Portugal.

A investigação do 'Lava-Jato' relaciona-se com Portugal também quanto a adjudicações feitas durante o governo Sócrates em estradas, escolas e barragens às construtoras Zagope (da Andrade Gutierrez) e Bento Pedroso (da Odebrecht). A Odebrecht, pagou a viagem a Lula da Silva a Lisboa na ocasião em que o ex-Presidente brasileiro esteve no lançamento do livro de José Sócrates "A Confiança no Mundo".

PEDRO SANTOS GUERREIRO



Juiz estará em Lisboa para a semana num encontro de juristas
 FOTO REUTERS

Mais denúncias e um assassinio

A semana foi marcada por novidades na Odebrecht e por um assassinio mal esclarecido. Arrancou segunda-feira a 26ª fase da 'Lava-Jato' que investiga subornos a políticos pela Odebrecht. Vinte e quatro horas depois, enquanto 380 polícias continuavam rusgas em oito Estados e em Brasília, surgiam rumores da "delação premiada" de Marcelo Odebrecht, depois desmentidos. Dizia-se que, como arrependido, iria denunciar muitos nomes da oposição. Ao mesmo tempo, listas de pagamentos da Odebrecht a 200 políticos de 24 partidos apareciam divulgadas num blogue e replicadas na imprensa. Apreendidas em fevereiro (na 23ª fase) em casa do presidente da Odebrecht Infraestrutura, Benedito Barbosa, as listas incluem o líder da oposição Aécio Neves (PSDB), os presidentes do Parlamento e do Senado Eduardo Cunha e Renan Calheiros (PMDB), o ex-Presidente José Sarney, ministros de Dilma como Edinho Silva ou o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT). São alegaram tratar-se de contribuições legais para campanhas. Quarta-feira foi morto Leandro Pereira, advogado conhecido por defender a prisão dos políticos investigados na 'Lava-Jato'. H.C.M.

Gilmar Mendes, juiz do Supremo Tribunal Federal brasileiro

“Nem Lula pode ser ministro, nem pode ser preso”

LUÍSA MEIRELES

O juiz que impediu Lula de tomar posse explica por que motivo o fez, acha “polémica” a divulgação de gravações mas entende e considera que o Brasil já vive há algum tempo uma “judicialização da política”. O *impeachment* de Dilma pode ser dentro de três semanas

O juiz do Supremo Tribunal Federal brasileiro Gilmar Mendes (ministro, como se diz no país) é uma das figuras controversas e mais em foco no Brasil. Na confusão da semana passada, quando ninguém sabia se ex-Presidente Lula da Silva podia ou não tomar posse como ministro da Casa Civil da Presidente Dilma Rousseff, foi ele que suspendeu o ato e determinou também que todo o processo que envolve Lula fosse remetido ao juiz Sérgio Moro, de Curitiba.

É este juiz da capital do estado de Paraná que tem entre mãos a investigação sobre corrupção e lavagem de dinheiro conhecida como 'Lava-Jato', que eventualmente implica o carismático ex-líder brasileiro (além de 316 políticos de 24 partidos) e já colocou na prisão conhecidos empresários e banqueiros. Foi Moro também que determinou a divulgação, quando foi anunciada a posse de Lula, da gravação de uma conversa entre este e Dilma, combinando os termos da posse, e com isso gerou uma enorme contestação social.

Mas à velocidade a que os acontecimentos políticos ocorrem no Brasil, também a decisão do ministro Gilmar (que é igualmente vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral) de reverter o processo para a Justiça do Paraná acabou por ser suspensa, na terça-feira, por determinação de um

outro juiz do Supremo (Teori Zavascki), que entendeu que devido ao facto de a Presidente ter sido atingida pela investigação, este tribunal superior terá primeiro que se pronunciar sobre a validade das gravações. Qualquer investigação ou processo que envolva a Presidente, deputados ou senadores têm obrigatoriamente que correr pelo Supremo Tribunal Federal.

Em Lisboa já esta semana, onde se deslocou para participar num seminário luso-brasileiro que se realizará entre 29 e 31 de março, Gilmar Mendes disse numa entrevista ao Expresso: “No momento em que as coisas estão, nem o ex-Presidente Lula é ministro de Estado nem Moro pode decretar a sua prisão.”

Nada é simples neste processo, cujos contornos políticos e judiciais dividem o país e já trouxeram para a rua milhões de pessoas, a favor e contra Dilma e Lula.

Na semana passada, conta o juiz, sete entidades, entre elas o Partido Popular Socialista (uma dissidência do PCB) e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB, do ex-Presidente Fernando Henrique, na oposição), interpretaram uma ação especial, o mandato de segurança, alegando que decorria das gravações que tinha havido um “desvio de finalidade” na nomeação, quer dizer, que esta só tinha lugar para que Lula obtivesse o chamado “foro privilegiado” (só poder ser julgado em tribunal superior).

“Eu analisei essa questão e em caráter preliminar decretei a suspensão, dizendo que enquanto não houvesse uma deliberação do plenário do Tribunal Superior Federal, Lula ficava suspenso dessas atividades, portanto, não era considerado ministro, e os processos continuariam onde sempre estiveram”, explicou Gilmar Mendes, que os sectores favoráveis ao Governo acusam de ser conotado com o PSDB.

Gilmar justifica a sua decisão de sus-

penção da posse de Lula por entender que havia crime de “desvio de finalidade”. E explica: “Das transcrições vindas a público, a Presidente fala no envio de um ‘termo de posse’ que o ex-Presidente Lula podia usar se necessário. Um dos sentidos possíveis é que o termo estava assinado por ela e por ele, portanto não tinha havido posse e o objetivo único era fazê-lo ministro para tirar o processo de Curitiba. Entendi provisoriamente que isso era um desvio de finalidade e por isso o ato seria nulo cautelarmente.” Quer dizer, terá que haver ainda uma decisão do plenário dos 11 juizes (ministros) do Supremo para ratificar ou não a decisão.

[Posteriormente, verificou-se que o tal ‘termo da posse’ estava apenas assinado por Lula]

Gilmar Mendes reconhece que é “muito polémica” a divulgação de gravações. Sem dar a sua opinião em concreto, considera que a decisão do juiz Moro se baseou no facto de este avaliar que “diante das gravações que tinha, a nomeação de Lula seria um crime grave que precisava ser divulgado — era como se fosse uma conspiração e por isso havia interesse público nessa difusão”.

E adianta: “Esta noção de interesse público será também objeto de debate nas Cortes Superiores”. No fundo, o juiz Moro entendeu que Lula “perante uma eventual ordem de prisão ou condução coercitiva, poderia apresentar o papel dizendo que já era ministro, quando nem sequer tinha tomado posse. Assim, teriam cometido o crime de falsidade, declarando uma posse que não existiu. Moro decidiu que devia divulgar, porque entendeu que surpreendeu a Presidente e o ex-Presidente cometendo um crime de falso (falsidade)”.

Para o ministro Gilmar, que é considerado um dos maiores constitucionalistas do Brasil, “é um debate muito sensível” a decisão de um juiz mandar interceptar gravações que envolvem a Presidente. “Uma coisa é ouvir o in-

tercetado, outra coisa é ouvi-lo e aos seus interlocutores, mas aqui a questão é se a conversa em que a Presidente foi ouvida é relevante para o processo como um todo”, acrescenta o Gilmar Mendes, para quem o desfecho só vai ocorrer na tal reunião plenária dos 11 ministros marcada para os primeiros dias de abril.

Se tal acontecer, a sessão será quase em simultâneo com a previsão da votação do processo de *impeachment* da Presidente Dilma que começou a correr os seus termos no Congresso e que poderá ocorrer a 14 ou 15 de abril. “Mas esse é o ritmo político”, avança o ministro Gilmar, que considera que tudo pode ser precipitado pelo que se vier a saber da “delação premiada” que o filho e os diretores da empreiteira Odebrecht estão dispostos a fazer sobre os financiamentos a políticos (ver caixa).

O grave, para este juiz, é o facto de o Brasil estar a caminhar “para o seu segundo processo de *impeachment* na vigência da nova Constituição (1988), aplicando uma lei sobre o assunto que data de 1952 e que está notoriamente desatualizada”. Gilmar reconhece que o país já vive uma “judicialização da política” desde há algum tempo.

“O que se percebe é que quando as

IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF PODE SER VOTADO JÁ A 14 OU 15 DE ABRIL. DELAÇÃO PREMIADA DA ODEBRECHT PODE ACELERAR TUDO

diversas forças políticas não conseguem um consenso básico, as questões acabam por ser colocadas no judiciário e depois os próprios políticos reclamam da intervenção judicial, dizendo que é uma má solução”, acrescenta.

De um ponto de vista político e judicial tudo se pode complicar mais ainda se for o vice-presidente Michel Temer (do PMDB), que substitua a Presidente em caso de *impeachment*, como dita a lei. É que atualmente há um processo interposto pelo PSDB no âmbito da “justiça eleitoral” contra Dilma e Temer por alegado financiamento ilegal na campanha. Se se provar que assim foi, Temer poderá ver o seu mandato “casado” (retirado). “É uma questão que terá de ser enfrentada”, comenta o juiz.

De acordo com a lei, só estando os dois lugares vagos é que haveria lugar a eleições. Para já, diz Gilmar Mendes, “tudo está em aberto, tanto quanto ao veredicto sobre a posse de Lula, como quanto ao *impeachment*”, num clima que reconhece de muita radicalização: “O país e a economia estão um tanto paralisados, o prognóstico é de uma baixa de crescimento de 3-4% em 2016, o que faz com que mais gente defenda uma solução para o impasse”.

O ministro não teme, porém, uma ação militar: “Os militares estão zelosos para que não haja excessos nem transgressões, vigiam para que não haja guerra entre grupos. Na fala de Lula, ele disse que era capaz de incendiar o país e certamente os militares prestam atenção a essas coisas”, anota, para depois reconhecer que o ex-Presidente se tornou mais brando.

“Após a divulgação das conversas e de ver que podiam ser enquadradas como crime, Lula ficou mais preocupado.” É remota, deixando entrever a sua opinião sobre o ex-Presidente: “Essa é a especialidade dele, fazer um discurso para cada ouvido. É um político consumado que se adapta às circunstâncias”.

lmeireles@expresso.imprensa.pt

'Lava-Jato': investigações no Brasil atingem o Banif

A PwC alertou que as operações 'Lava-Jato' e 'Porto Vitoria' estavam entre os principais fatores de risco do Banif

A PricewaterhouseCoopers (PwC) alertou em outubro que as investigações no Brasil relacionadas com as operações 'Lava-Jato' e 'Porto Vitoria' estavam entre os principais fatores de risco do Banif. O alerta consta de uma carta "que sumariza as preocupações" em relação aos maiores riscos para o grupo e que foi enviada ao conselho de administração e à comissão de auditoria do Banif, bem como ao Banco de Portugal. O documento, a que o Expresso teve acesso, faz parte da resposta da PwC aos pedidos efetuados pela comissão de inquérito ao Banif, cujos trabalhos arrancam na próxima semana.

O Banif Brasil era uma das subsidiárias do Banif identificadas para venda no âmbito da reestruturação do banco liderado de 2012 a dezembro de 2015 por Jorge Tomé. No ano passado, um dos seus executivos, Allan Toledo, foi detido no Brasil por suspeitas de envolvimento em fraude fiscal e branqueamento de capitais, segundo os *media* brasileiros. A unidade já tinha problemas

anteriores a 2012 e, em 2013, o regulador brasileiro apertou a vigilância àquela operação, que corria mal. Logo no primeiro trimestre de 2013, as imparidades da carteira de crédito no Brasil ascenderam a €78,1 milhões, o que levou o Banif a registar prejuízos de €69 milhões. Os prémios milionários pagos à gestão até 2012 e créditos de risco elevado ajudaram.

No caso da operação 'Lava-Jato', uma conta do Banif terá sido usada para pagamentos à Petrobras.

Irregularidades

Entre os restantes fatores de risco para o Banif está um processo judicial do Novo Banco, que reclama o pagamento de conta-corrente de €53 milhões. E o caso que envolve a venda de obrigações a clientes nos EUA e que não podiam ser vendidas naquele país. Trata-se de obrigações perpétuas Euroinvest no montante de 10 milhões de dólares, emitidas pelo Banif Cayman. Vários clientes exigiram a restituição do seu capital e o pagamento de juros não recebidos e oito apresentaram queixa junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, que remeteu o assunto para a sua área de supervisão para uma análise

aprofundada. Caso os clientes recorram às autoridades norte-americanas, tal poderá ter "eventuais consequências reputacionais e contraordenacionais não negligenciáveis para o banco". A PwC assinala ainda dúvidas sobre "entidades de finalidade especial sediadas nos EUA" e consolidadas pelo Banif, e que foram criadas, na sua maioria, na sequência da execução de garantias associadas a créditos de clientes. A auditora refere que falta documentação que justifique a sua consolidação no grupo, não estando identificados os principais beneficiários. E diz que "não existe evidência formal do acompanhamento realizado pelo grupo sobre as operações e atividades desenvolvidas" pelas sociedades. A exposição à Rentipar, de €75 milhões, a imparidade sobre o crédito concedido à Rioforte Investments, do Grupo Espírito Santo, e a carteira de crédito estão entre os maiores riscos. Tal como a exposição ao mercado imobiliário nacional e internacional de €1386 milhões. E as estimativas fiscais e de impostos diferidos, na opinião da auditora, apresentavam "riscos relevantes" de potenciais perdas futuras (ver mais notícias sobre o inquérito ao Banif na pág. 12).